

Dívidas e dívidas

Embora tenha como conseqüências positivas o aumento das reservas cambiais e a aplicação não-inflacionária de boa parte dos cruzados novos que vêm sendo devolvidos mensalmente aos seus donos, o rápido crescimento da dívida mobiliária do governo federal poderá transformar-se, como prevêem alguns economistas ouvidos pelo **Jornal da Tarde**, numa “bomba de efeito retardado” sobre as contas públicas.

A dívida mobiliária interna ainda não chegou aos níveis que atingiu no final do governo Sarney, mas cresceu mais de 80% entre setembro do ano passado e fevereiro último, mostrando como são difíceis as condições em que a equipe do Ministério da Economia vem colocando em prática sua política monetária. Essa política, baseada em juros reais elevados, de fato, desestimula o consumo e vem impedindo um crescimento exagerado da quantidade de dinheiro em circulação, e nesse sentido tem efeito positivo no combate à inflação. Para o governo, no entanto, representa mais despesas financeiras, porque aumenta o custo da rolagem da dívida, cujo saldo, além disso, é cada vez maior.

Mas esse tipo de dívida não chega a ser um problema tão sério se comparado a outras formas de dívidas que o setor público acumulou nos últimos anos. Os governos, de todos os níveis, devem uns para os outros, muitos reconhecem suas dívidas, mas a maioria não paga. Numa relação reciprocamente predatória, uns que devem também têm a receber de outros, mas não cobram. É impressionante o retrato que o jornal **O Estado de S. Paulo** fez dessas dívidas na edição de segunda-feira.

Estados e municípios têm uma dívida equivalente a US\$ 57 bilhões, incluídos sua dívida mobiliária, empréstimos tomados no sistema financeiro (de instituições públicas e privadas) e financiamentos feitos no Exterior com aval do Tesouro Nacional. Embora o Congresso já tenha aprovado uma lei que define como essa dívida será reescalada, nenhum devedor se dispôs a assinar um acordo com o governo federal.

O caso do FGTS mostra como se tornou comum a prática do calote no setor público. Do total de Cr\$ 14,4 trilhões que os contribuintes devem ao FGTS, 70% foram acumulados pelos governos estaduais — embora também as empresas (aqui não se especifica se são estatais ou particulares) devam proporcionalmente muito, pois apenas 18% recolhem em dia o Fundo de Garantia, 29% pagam com atraso e 53% não pagam nada.

Excesso de generosidade do governo, ao reajustar com índices inferiores à inflação as prestações da casa própria comprada pelo Sistema Financeiro da Habitação, armou um déficit que poderá chegar a US\$ 25 bilhões. É um número menor do que a dívida de US\$ 35 bilhões do setor elétrico — concessionárias estaduais devem a empresas federais, que devem à **holding** Eletrobrás, que deve ao Tesouro e a credores externos.

A maior parte dessas dívidas acabará sendo coberta com recursos do Tesouro — ou seja, com dinheiro que toda a sociedade transfere para os cofres públicos na forma de tributos.

Essa situação, associada à penúria na qual a recessão lançou as empresas e os trabalhadores, escancara a premência da retomada do crescimento que permita o aumento da capacidade contributiva da sociedade e, conseqüentemente, das receitas do governo. Uma das primeiras condições para a retomada do crescimento é a conclusão da negociação da dívida externa, a qual terá como conseqüência o retorno dos investimentos externos a um país carente de recursos. Não procedem, por isso, críticas de alguns economistas ao tratamento que o governo vem dando à questão da dívida externa. Outra condição básica para a recuperação da atividade econômica, como já dissemos, é uma reforma tributária que alivie o peso dos impostos sobre os investimentos, sobre a atividade produtiva, sobre os salários e sobre o consumo, e que também resultará no aumento da arrecadação pública. Sem isso, ou estouram as finanças públicas ou sucumbem as empresas e os trabalhadores.